



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1845 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 13 - Educação Fundamental

NARRATIVAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: VIOLAÇÃO DE DIREITOS E A NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

Maria Cecília Luiz - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Paola Karuliny Guarnieri - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Este texto tem como objetivo identificar se crianças e adolescente em situações de vulnerabilidades naturalizam as violências que sofrem em seus cotidianos. Para esta pesquisa qualitativa utilizou-se das narrativas como metodologia, afim de verificar percepções e trajetórias de vidas de estudantes que estavam matriculados nos Ensinos Fundamental e Médio e, que além da escola, no contra turno, também estavam inseridos em uma instituição mantida pela Secretaria de Assistência Social, de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Buscou-se entender suas concepções sobre violências, como: medos, superações e naturalização. Ao analisar os resultados percebeu-se que estavam vivendo em condições precárias, com violação de seus direitos básicos, por isso não identificavam com clareza as situações de violências que sofriam, ao contrário, sentiam-se impotentes, naturalizando-as. Como conclusão, entende-se que urge a necessidade de investimentos nesta área com políticas públicas sociais que se responsabilizem e cumpram os direitos destes cidadãos, além de pesquisas e intervenções inovadoras que possam auxiliar na mudança deste quadro social.

Palavras-chave: naturalização das violências; direitos violados; vulnerabilidades de crianças e jovens.

NARRATIVAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

VIOLAÇÃO DE DIREITOS E A NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

Introdução

Constituímos este texto, tendo como objeto de estudo as vulnerabilidades e as violências sofridas por crianças e adolescentes em idade escolar, e como objetivo identificar se crianças e adolescente em situações de vulnerabilidades naturalizam as violências que sofrem em seus cotidianos. Para atingir tal propósito, no ano de 2017, realizou-se uma pesquisa qualitativa utilizando-se de narrativas de crianças e adolescentes que frequentavam uma instituição denominada Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em uma cidade paulista. Para a criança e/ou adolescente estar vinculado ao SCFV, existem duas maneiras: procura espontânea para usufruir dos serviços ofertados, que é caso de famílias que buscam o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); ou por busca ativa, quando a equipe técnica do CRAS identifica famílias que se encontram em situações de vulnerabilidades.

A escolha do SCFV para o desenvolvimento da pesquisa se deu justamente por receber e cuidar destes sujeitos em vulnerabilidades, além de articular ações com outros serviços, em especial com as escolas, uma vez que nesta faixa etária todos deveriam estar matriculados em uma instituição de ensino. Carneiro e Veiga (2004), ao conceituar vulnerabilidade evidenciam a exposição de riscos e/ou baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e sujeitos que não conseguem enfrentar e superar seus desafios cotidianos. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida dos sujeitos e, por outros, com condições como de família, comunidade e ambiente em que crianças e adolescentes se desenvolvem.

Para definir teoricamente violência fez-se necessário desconstruir conceitos que estavam fortemente arraigados, originários do senso comum e alimentados pelas mídias. Por ser um fenômeno social dinâmico e volátil, abrangendo os mais diversos segmentos, tem seus significados, representações e dimensões modificadas historicamente, contextualizando-se diferentemente em cada sociedade e época. Assim, é preciso reconhecer e compreender que em determinado contexto alguns atos são classificados como violentos e em outros não.

Entendemos que a naturalização da violência pode assumir duas formas: considerar a violência como uma coisa normal, natural, como se fosse parte inevitável da vida em sociedade. E, o contrário, enxergar tudo como violência, isto é, chamar qualquer situação banal que nos desagrade de violência, como: um atrito verbal, um conflito de interesses, uma resposta ríspida etc. Ambas as generalizações supervalorizam as violências e contribuem para que sejam consideradas inevitáveis ou naturais.

Dentre as formas de violências praticadas contra crianças e adolescentes destaca-se a física, quando causa dano físico, podendo variar de lesão leve a consequências extremas como a morte; a psicológica, quando produz um padrão de comportamento destrutivo, afetando a saúde mental; a sexual, quando envolve jogo, estimulação, contato ou envolvimento em atividades sexuais; e a negligência, quando não se atende àquilo que é indispensável ao adequado crescimento e desenvolvimento, incluindo a falta de interesse para com as suas necessidades e manifestações, a falta de calor humano/amor e de responsabilidade. No Brasil, as violências sofridas por crianças e adolescentes possuem fortes vínculos com as vulnerabilidades sociais, dificultando o acesso deste público às estruturas de oportunidades disponíveis na saúde, educação, trabalho, lazer e cultura.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa que, segundo MINAYO (2008), permite uma mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica. Para analisar os momentos significativos na vida dos sujeitos da pesquisa, optamos por trabalhar com a perspectiva metodológica das narrativas. No campo da pesquisa em Educação, as narrativas têm sido usadas para ouvir as histórias de investigados, com o propósito de reconstruir suas histórias.

Clandinin e Connely (2000) definem as pesquisas narrativas como aquelas que entendem as experiências, por meio da colaboração entre pesquisador e pesquisado. Elas abarcam histórias; algo contado ou recontado; isto significa que as narrativas dos sujeitos são constituídas de suas representações da realidade, logo, estão carregadas de significados e reinterpretações.

Após uma conversa com os educadores sociais do SCFV, nos foi sugerido nove nomes, com idades diferentes – entre sete e quinze anos –, sendo sete meninos e duas meninas - neste texto são enumerados em letras alfabéticas. Apesar do atendimento na instituição começar aos seis anos de idade, optamos por não entrevistar essa faixa etária.

Percepções de violências: medos, superações e naturalização

Apenas os adolescentes mais velhos (de idade) conseguiam perceber a situação de vulnerabilidade e violência em que estavam vivendo. Nas narrativas dos sujeitos, o que mais se destacou foi o problema com o uso de drogas lícitas e ilícitas. Em todas as falas a vulnerabilidade relacionada às drogas (lícitas ou ilícitas) esteve muito presente – com exceção das crianças: **B (8 anos de idade)** e **E (11 anos de idade)**. De forma naturalizada, a convivência com as drogas aparece nos relatos sem nenhum estranhamento ou constrangimento. A criança **C (9 anos de idade)**, ainda pequena retrata:

-Ele chega lá (se referindo ao pai alcoolizado), fica caindo, fica grudando na parede, daí ele senta e fica mexendo no celular. Depois começa a falar nome feio. Quando ele fica violento eu saio de casa, vou pra casa dos meus amigos. Daí depois eu chego lá e pergunto se posso dormir na casa do meu amigo, e ele deixa. Outro dia, ele estava bebendo no bar e eu fiquei até meia noite acordado esperando ele voltar, voltou era uma hora da manhã. Aí eu fui dormir na casa do meu amigo (Criança **C** – 09 anos de idade).

Na fala do adolescente **G (13 anos de idade)**, a vulnerabilidade está relacionada aos amigos da mesma idade que usam drogas com certa frequência e inclusive já levaram à escola:

- Ela tem medo de eu me envolver com os moleques lá (referindo-se aos amigos que usam droga). Normal. Eu não vou nas ideias deles. Eles me chamam, eu falo que não. Deixo para lá. Mas eu não ando muito com eles. Eles têm a mesma idade que eu. Usam maconha, bebem, um monte de coisas.
- Teve um dia que eles levaram para a escola e ficaram fumando dentro do banheiro, daí a diretora pegou. Agora eles não fumam mais lá dentro, só fora (Adolescente **G** – 13 anos de idade).

Vários estudos (BREINES et al 2000), alertam para a questão das vítimas de violência utilizarem o consumo excessivo de álcool e drogas, além do tabagismo e sexo inseguro, como forma de lidar com os problemas do cotidiano, aumentando ao invés de diminuir seus riscos de vulnerabilidades. O consumo de drogas lícitas, especialmente o álcool, em alguns casos, inicia-se na própria família. Por ser socialmente aceito, o álcool é incorporado como elemento de sociabilidade em todas as camadas sociais. Encontram-se vários casos de alcoolismo de pais, irmãos ou parentes dos jovens, em geral.

O adolescente **I (15 anos de idade)**, foi o que mais percebeu suas vulnerabilidades e violências, tendo a própria família com problemas de drogas:

- Ele estava vendendo droga. [referindo-se a um amigo]. Ele virou sei lá, como que chama, biqueiro, acho

que é isso. Ele já foi para a Fundação Casa. Ficou maior tempo. Não sei como ele saiu, acho que ele fugiu.

- Ah! Ela mesma já usou (referindo-se a mãe). Que já seguiu essas coisas de droga, também, falou que é para eu não fazer isso. Que é para eu ir para a escola. Por causa da minha família, a parte da minha família, minha tia, irmã da minha mãe é tudo tranqueira, tudo traficante (Adolescente **I** – 15 anos de idade).

O mesmo adolescente presenciou sua mãe apanhar de seu pai desde pequeno e, em suas lembranças, havia naturalizado as atitudes que via. Relatou que só depois de algum tempo, com mais idade, conseguiu assimilar que aquilo era errado:

- Meu pai verdadeiro (que já morreu) batia na minha mãe, tipo, quando ele bebia. Usava droga e bebida. Ele chegava em casa, minha mãe reclamava e ele batia nela. Foi preso e tudo. Eu nem tinha cinco anos, acho que eu tinha uns quatro. Eu lembro porque foi muito forte. Eu pensava que era normal. Aí quando eu fiquei sabendo que não deveria ser assim, aí eu fiquei bravo (Adolescente **I** – 15 anos de idade).

Sierra e Mesquita (2006) apontam que existem os riscos inerentes aos problemas associados ao alcoolismo e conflitos entre casais, que tornam crianças testemunhas de agressões e de várias formas de violência. Muitas vezes, as relações em contexto de vulnerabilidade social produzem crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima consideravelmente comprometida. De forma circular e quase inevitável este ciclo se estabelece reforçando a condição de miséria, não só no nível material, como também no nível afetivo.

O tráfico de drogas e o consumo de álcool contribuem para a maior incidência de violência doméstica e violência contra as crianças e adolescentes. Dados da UNESCO para o Brasil, alertam para o fato de que mais de 50% dos homicídios ocorrem entre sexta-feira e domingo, entre os jovens de 15 a 24 anos e desses, 21,2% das ocorrências ocorrem no domingo (WAISELFSZ, 2000).

Por causa da situação de vulnerabilidade e por conta das violências, estes sujeitos estavam sujeitados a conviver com o medo, afetando demais suas vidas. A criança **D (10 anos de idade)**, descreve o que sentiu no episódio de uma briga que presenciou em sua casa:

Pesquisadora - Como você sentiu na vez que a menina tentou matar seu irmão?

- Eu me senti triste... Porque a menina quase acertou meu irmão, mais aí eu gritei, e ela se assustou e deixou a faca cair embaixo da cama, daí é... Meu irmão tirou ela do quarto e colocou na rua.

Pesquisadora - Você ficou com medo?

-Fiquei (Criança **D** – 10 anos de idade).

O adolescente **E (11 anos de idade)**, também se lembra de momentos de violências e vulnerabilidades, por isso tem medo de dormir sozinha e prefere dormir na casa da avó:

- Ah... A minha mãe agora está de folga e eu estou dormindo na minha vó porque eu não gosto de dormir sozinha na cama. Eu tenho medo. Pesquisadora - Mas então sempre que sua mãe está de folga você tem que dormir na sua vó?

-Não. Eu durmo todo dia na minha vó porque eu quero. Só quando minha mãe vai trabalhar, eu deito e durmo. Uma vez eu fiquei assistindo filme até umas duas horas da manhã (Adolescente **E** – 11 anos de idade).

Averiguamos nas narrativas [**B – 8 anos de idade; E – 11 anos de idade; F – 12 anos de idade e G – 13 anos de idade**] que a presença das avós nas vidas destas crianças e adolescentes é muito forte, sua imagem representava segurança e superação de medos.

Coelho e Dias (2016), em seus estudos relatam que hoje existe uma transformação nos arranjos familiares e, isso compõe um cenário em que as avós assumem papéis de importância crescente nestes relacionamentos. Essas avós fornecem apoio à família em diversas situações, como: separação ou divórcio; gravidez na adolescência; pais com dificuldades para cuidar dos seus filhos etc. Ressalta-se que a negligência infantil acontece independentemente da condição sócio econômica, isto é, da situação de pobreza, mas é resultado de déficits de habilidades/comportamentos dos familiares (MARTINS, 2006).

Outro ponto de destaque, que apareceu em suas percepções, estava relacionado a superar dificuldades com religiosidade, assim, observou-se a importância que a criança **C (9 anos de idade)** deu a igreja:

- Quando ele chega assim (referindo-se ao pai alcoolizado) e depois vou dormir, aí eu chego e falo: - "Pai, posso dormir na casa do meu amigo?". E ele diz: - "Pode". Antes ele até nem confiava em mim, ele falava: - "Eu vou ver se você está indo à igreja mesmo". Quando eu saía (referindo-se a igreja) ele estava lá vendo eu sair da igreja. Ele via quando eu saía e depois ia beber mais (Criança **C** – 09 anos de idade).

As igrejas representavam a ideia de dias melhores, de superação de seus problemas, por meio da religiosidade com a fé e a esperança. Além disso, houve relatos em que certas instituições religiosas auxiliavam os mais necessitados com cestas básicas. O SCFV ao fazer um reconhecimento rápido pelos bairros carentes que atendia, observou a existência de três localidades significativas: igrejas, bares e pontos de venda de drogas.

Segundo literatura internacional e nacional, como na Inglaterra (DEPARTMENT OF HEALTH, 2002); Estados Unidos (SLACK et al., 2004; THEODORE et al., 2007; Canadá (LACHARITÉ, ÉTHIER, NOLIN, 2006; MAYER et al., 2007); e no Brasil (BAZON, 2004; LACRI, 2004; ROQUE & FERRIANI, 2007), a modalidade de maus-tratos aparece como sendo a que responde pela maior porcentagem de notificações.

Ao longo dos anos, a temática da proteção à infância ganha destaque nas agendas das políticas públicas brasileiras, por meio de leis, programas, documentos e orientações dos poderes executivo e legislativo. Concepções de quem são as crianças e adolescentes, assim como seus papéis sociais, foram consolidadas em dois momentos distintos: antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo DRAIBE, 1995; FALEIROS, 1995; e o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, 1991, no período de 1930 a 1980 houve consolidação jurídica institucional de garantia ao sistema de proteção social e, paralelo a esse período, é inserida uma perspectiva de infância e adolescência que compete aos direitos de cidadania. Mas, apesar do aporte de tais prescrições a situação de crianças e adolescentes, no Brasil, ainda é crítica, como percebemos em suas narrativas.

Algumas Considerações

O Brasil, mesmo com o avanço das políticas públicas não tem garantido os direitos básicos de crianças e adolescentes – ainda ocorrem as vulnerabilidades, negligências e violências – e isso ficou evidente em suas narrativas. O círculo vicioso de sujeitos vítimas de violências tem propiciado a baixa autoestima e a agressão como modelo de relacionamento. Quando chegam à escola, tende a apresentar dificuldades de aprendizagem e procedem de forma antissocial. Assim, o fracasso escolar acentua ainda mais sua baixa autoestima e gera sentimentos de inferioridade e revolta, causando cada vez mais posturas agressivas e violentas. Familiares e educadores, sem refletirem sobre tais problemas, por vezes, reforçam ainda mais o uso da violência, quando apenas punem as atitudes de estudantes, o que agrava ainda mais esse quadro.

Ao buscar identificar se haviam naturalizações de violências em crianças e adolescentes, em situações de vulnerabilidade, infelizmente, verificamos que elas existiam e, além disso, também negligências de seus familiares. Ao refletirmos sobre as áreas vulneráveis e a exposição à violência percebemos a ausência do Estado e de ações efetivas que priorizem investigação de crimes domésticos; falta de atenção às vítimas de violência; e, pouco ou nenhum acompanhamento destes sujeitos fora da escola.

Conclui-se que urge a necessidade de investimentos nesta área com políticas públicas sociais que se responsabilizem e cumpram os direitos destes cidadãos, além de pesquisas e intervenções inovadoras que possam auxiliar na mudança deste quadro social.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Ministério da Justiça. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: CBIA, Unicef, 1990.

BREINES, Ingeborg; CONNELL, Robert; EIDE, Ingrid. *Male roles: masculinities and violence, a culture of peace perspective*. Paris: UNESCO, 2000.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Narrative inquiry: experience and story in qualitative research**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

COELHO, M. T. B. F.; DIAS, C. M. S. B. Avós Guardiões: Uma Revisão Sistemática de Literatura do Período de 2004 a 2014. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 4, e324214, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000400214&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Set. 2017.

DRAIBE, S. Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos 90. In: PAULANI, L. M.; SOLA, L. (Org.) **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 201-224.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.) **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995. p. 49-98.

LACHARITÉ, C., ÉTHIER L. & NOLIN, P. **Vers une théorie écosystémique de la négligence envers les enfants**, *Bulletin de Psychologie*, 59(4), 381-394, 2006.

LACRI. Laboratório de Estudos da Criança. **A Ponta do iceberg: Dados de incidência e prevalência**, 2004. Obtido em 18 de junho de 2017 de <http://www.usp.br/ip/laboratórios/lacri>

MARTINS, F. F. S. **Crianças negligenciadas: A face (in)visível da violência familiar**. Dissertação de Mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MAYER, M, LAVERGNE, C., TOURIGNY, M. & WRIGHT J. Characteristics differentiating neglected children from other

reported children. **Journal of Family Violence**, 22(8), 721-732, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ROQUE, E. M. S. T. & FERRIANI, M. G. C. Estudo das famílias de crianças e adolescentes, vítimas de violência, que sofreram intervenção da justiça. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 15(4), 334-344, 2007.

SIERRA V, MESQUITA W. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes** São Paulo em Perspec., 2006.

SLACK, K. S., HOLL, J., MCDANIEL, M., YOO, J. & BOLGER, K. Understanding the risks of child neglect: An exploration of poverty and parenting characteristics. **Child Maltreatment**, 9(4), 395-408, 2004.

THEODORE, A., RUNYAN, D. & CHANG, J. J. Measuring the risk of physical neglect in a population-based sample. **Child Maltreatment**, 12(1), 96-105, 2007.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência II: os jovens do Brasil**. UNESCO, Brasília, 2000.